



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

**MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA
E AMBIENTE**

Gabinete da Ministra

Despacho

Estatutos da Empresa de Água e Electricidade
EMAE - Empresa Pública.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E AMBIENTE**Gabinete da Ministra****Despacho**

Tendo sido aprovado no Venerando Conselho de Ministros na sua 9.ª sessão extraordinária de 7 de Novembro de 2008, os novos Estatutos da Empresa de Água e Electricidade, EMAE, ordeno a sua aprovação e publicação.

Feito em São Tomé, aos 13 de Novembro de 2008.

Publique-se.

A Ministra dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente, Eng.ª, *Cristina Maria Fernandes Dias*.

Estatutos da Empresa de Água e Electricidade EMAE - Empresa Pública**CAPÍTULO I
Disposições Gerais****Secção I
Denominação, Natureza, Regime Jurídico e Sede****Artigo 1.º
Denominação e Natureza Jurídica**

1. A EMAE é uma pessoa colectiva pública, constituída como empresa pública.

2. A EMAE tem personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à superintendência do organismo da Administração Central do Estado responsável pelo sector de água e electricidade e do Ministério do Plano e Finanças.

3. A EMAE goza de plena capacidade jurídica, abrangendo a mesma todos os direitos e obrigações necessários à prossecução do seu objecto.

**Artigo 2.º
Regime Jurídico**

A EMAE rege-se pelos presentes estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exerçam poderes de superintendência, e subsidiariamente, pelo regime das empresas públicas e, no que neste não for especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às Sociedades comerciais.

**Artigo 3.º
Sede**

A EMAE tem a sua sede na Cidade de São Tomé, podendo por deliberação do seu Conselho de

Administração, estabelecer delegações, agências ou qualquer outra forma de representação onde o entenda conveniente.

**SECÇÃO II
Objecto e Atribuições****Artigo 4.º
Objecto**

1. A EMAE tem como objecto principal a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água, produção, transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público.

2. A EMAE, no desenvolvimento da sua actividade deverá:

- a) Prestar serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e a captação, tratamento, adução, conservação e distribuição de água em todo o território nacional;
- b) Adquirir e explorar o fornecimento de água e energia eléctrica e executar obras necessárias ao funcionamento das centrais térmicas e hidroeléctricas;
- c) Exercer, autorizar e regulamentar, em matéria de água e energia eléctrica e qualquer actividade com elas directamente relacionadas;
- d) Regulamentar e fiscalizar o uso público dos serviços ao seu cargo;
- e) Usufruir de servidões administrativas, no que concerne e mostrem necessárias a realização do seu objecto;
- f) Realizar o seu objecto a título oneroso sob a superintendência do organismo da Administração Central do Estado responsável pelo sector de água e electricidade e do Ministério do Plano e Finanças, no aspecto financeiro;
- g) Aplicar as tarifas pela prestação de serviços calculadas com base em critérios de rentabilidade económica a ser implementada num montante equivalente aos lucros cessantes administrados;
- h) Proceder a definição de estratégia global da empresa;
- i) Assegurar a representação dos interesses da EMAE;

- j) Fazer a manutenção das suas infra-estruturas e redes de transporte e distribuição de água e electricidade;
- k) Elaboração de estudos de planeamento e de electrificação de todo o país, sujeita a aprovação do governo;

3. Exercer acessoriamente, outras actividades secundárias relacionadas indirectamente com o seu objecto principal, mediante proposta do Conselho de Administração;

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o pessoal da EMAE, fica investido de poderes de autoridade.

Artigo 5.º **Atribuições**

1. Constituem atribuições da EMAE:

- a) Assegurar a concepção, construção e aquisição de todos os equipamentos do sistema de abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica para consumo público, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção;
- b) Desenvolver o conjunto de acções que visam a caracterização, a promoção e a manutenção da qualidade da água e de electricidade;
- c) Promover uma melhoria contínua da qualidade da água e de electricidade, através de planos e programas a desenvolver essa finalidade;
- d) Tomar as providências necessárias para prevenir ou eliminar qualquer situação susceptível de pôr em risco a saúde pública e a qualidade da água;
- e) Abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica através de planos de acção que integram programas de manutenção, de recuperação e ampliação dos sistemas existentes e de construção de novos sistemas de abastecimento;
- f) Assegurar a concepção e construção de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados, incluindo a instalação de condutas, a concepção e construção de estações elevatórias e de tratamento, e a respectiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigidos;
- g) Desenvolver o conjunto de acções que visem assegurar, de forma regular, contínua e eficiente a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados;
- h) Promover estudos visando a aplicação de novas tecnologias e métodos de tratamento de águas;
- i) Implementar medidas especiais visando a protecção e segurança da vida humana, proporcionando aos utentes serviços dignos de mais alta, qualidade e segurança;

2. As obras e os trabalhos promovidos pela EMAE, que podem ser executadas no regime de Administração directa ou de empreitada, não carecem de licenciamento, desde que as mesmas resultem do exercício das suas atribuições específicas e o projecto respectivo seja submetido a parecer das autoridades.

3. A EMAE tem o direito de utilizar o domínio público, neste caso mediante afectação para efeito de implantação e exploração das infra-estruturas relacionadas com o exercício da sua actividade.

Artigo 6.º **Litígio entre a EMAE e o Cliente**

1. No litígio entre a EMAE e os clientes sobre o montante do preço a pagar, deverá prevalecer a via negocial, devendo a EMAE estruturar-se para atender as referidas solicitações.

2. Em caso de recurso a via judicial pelos consumidores a EMAE ficará impossibilitada de proceder a interrupção dos serviços.

CAPÍTULO II **Órgãos da Empresa**

SECÇÃO I **Disposições Gerais**

Artigo 7.º **Órgãos da Empresa**

São órgãos sociais da Empresa:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Director Geral;
- c) O Fiscal Único.

Artigo 8.º **Conselho de Administração**

1. O Conselho de Administração é um órgão de consulta e administração da EMAE e é composto por um número máximo de quatro membros, nomeados pelo Governo em Conselho de Ministros.

2. O Director Geral participa e organiza as reuniões do conselho de administração sem direito ao voto.

3. Compete ao Ministro de tutela propor ao Conselho de Ministros a nomeação e a exoneração do presidente do conselho de administração e dos demais membros

Artigo 9.º **Competência**

1. Compete ao Conselho de Administração, para além de outras competências resultantes da Lei ou do presente estatuto:

- a) Definir os princípios gerais de gestão da empresa, praticando todos os actos e operações relativos ao objecto social;
- b) Administrar o seu património;

- c) Aprovar a proposta de alienação e oneração de direitos ou bens móveis e imóveis propostos pelo Director Geral;
- d) Aprovar a organização técnico-administrativa da Empresa e as normas do seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da sua remuneração propostos pelo Director Geral;
- e) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- f) Elaborar os instrumentos de gestão provisional e submetê-los a aprovação do Ministério de tutela;
- g) Elaborar o relatório e as contas de exercício e submetê-las a aprovação do Governo, bem como apresentar proposta de aplicação de resultados;
- h) Constituir reservas nos termos do presente estatuto;
- i) Propor ao Governo a aprovação de preços e tarifas;
- j) Adquirir participações no capital de Sociedades, mediante autorização expressa do governo;
- k) Celebrar contratos de empréstimos com autorização do governo;
- l) Autorizar a execução de trabalhos e de obras, fixando os termos e condições a que devem obedecer;
- m) Emitir parecer sobre os assuntos que o governo entenda dever submeter-lhe e executar os estudos e projectos que por este lhe sejam confiados;
- n) Estabelecer a organização dos serviços, incluindo a fixação das categorias do pessoal, bem como os regulamentos internos sob proposta do Director Geral;
- o) Aprovar o orçamento da empresa e o plano anual de actividade da direcção;
- p) Aprovar a transmissão ou constituição de direitos relativos a bens, designadamente o direito de propriedade e o direito de superfície, propostos pelo Director Geral;
- q) Celebrar contratos de arrendamento e de fornecimento de bens e serviços, assim como de empreitada ou concessão de obras mediante a proposta do Director Geral;
- r) Fiscalizar a organização e actualização do cadastro dos bens da Empresa;
- s) Enviar ao governo os regulamentos da Empresa para efeitos de aprovação;
- t) Exercer os poderes que lhe forem delegados pelo Ministro;
- u) Propor a elaboração do anteprojecto de alteração dos estatutos.

2. O Conselho de Administração poderá delegar em qualquer dos seus membros, ou nos dirigentes da EMAE as suas competências, salvo quanto às matérias previstas nas alíneas c), g), h), i), j), k), l), q), t), e u), definido em acta os limites e as condições do seu exercício.

Artigo 10.º

Competência do Presidente do Conselho de Administração

1. Compete ao Presidente do Conselho de Administração da EMAE:

- a) Coordenar a actividade do Conselho de Administração;
- b) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração;
- c) Representar a Empresa em juízo e fora dele, podendo delegar a representação noutro membro ou em pessoa especialmente habilitada para o efeito;
- d) Velar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração;
- e) Exercer os poderes que o Conselho de Administração, ou outro órgão lhe delegar;
- f) Desempenhar as demais funções estabelecidas na Lei, neste estatuto e regulamentos internos.

2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo membro do Conselho de Administração por si designado, ou na falta de designação, pelo membro do Conselho de Administração mais idoso.

3. O Presidente ou quem o substitua terá voto de qualidade.

Artigo 11.º

Auscultarão Obrigatória do Conselho de Administração

O Conselho de Administração será chamado obrigatoriamente a dar o seu parecer ao Governo nos seguintes domínios:

- a) A adopção dos planos directores de desenvolvimento do sector energético;
- b) A celebração de Contratos de Empréstimos no país ou no estrangeiro, por parte do Estado, cujos créditos serão retroagido à EMAE;
- c) A criação de novas empresas públicas com o mesmo objecto.

Artigo 12.º

Mandato

O Mandato dos Administradores será de três anos renováveis.

Artigo 13.º

Regulamento dos Administradores

1. As funções dos Administradores são remuneradas.

2. A remuneração não poderá exceder 15% da massa salarial e será fixada com base em critérios de rentabilidade financeira.

Artigo 14.º

Sessões do Conselho de Administração

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente de três em três meses e em sessão extraordinária sempre que se revelar necessário.

2. As sessões são convocadas pelo seu presidente, por iniciativa própria ou por solicitação de um dos membros.

3. A Convocatória deverá ser feita por escrito com ma antecedência mínima de cinco dias e deverá especificar, a Ordem dos Trabalhos, o dia, a hora e o lugar da reunião.

4. O prazo previsto no precedente n.º 3 será de quinze dias se a sessão se destinar à análise e aprovação do Orçamento.

5. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros presentes, tendo o Presidente o voto de qualidade em caso de empate, sendo lavrada respectiva acta que será assinada pelos presentes.

6. As entidades incumbidas de fiscalizar as contas EMAE podem ser convidadas a participar nas sessões Conselho de Administração, sem direito a voto.

Secção II Direcção-Geral

Artigo 15.º

Definição

1. A Direcção-Geral da EMAE é assegurada por um Director-Geral investido de mais amplos poderes para agir em todas as circunstâncias e em nome e no interesse desta.

2. O Director Geral é o responsável pela gestão e administração corrente da EMAE, que ele representa perante terceiros, exercendo os seus poderes no quadro de realização do objecto desta, sem, colidir ou prejudicar os poderes atribuídos ao Conselho de Administração pelos presentes Estatutos.

Artigo 16.º

Nomeação e Destituição

O Director Geral é nomeado ou destituído por Decreto em Conselho de Ministros sob proposta do Ministro da tutela, ouvido o Conselho de Administração.

Artigo 17.º

Competência do Director Geral

Compete ao Director Geral além das atribuições que lhe são legalmente cometidas:

- a) Participar organizar sem direito ao voto, todas as sessões do conselho de administração;

- b) Executar e fazer executar as deliberações do Conselho de Administração;
- c) Organizar, dirigir, coordenar e fiscalizar todas as actividades e serviços da EMAE, podendo adoptar as medidas consideradas pertinentes ao seu funcionamento;
- d) Submeter ao Conselho; de Administração os instrumentos da gestão provisional;
- e) Submeter para aprovação do Conselho de Administração o Projecto de Organigrama funcional, a política de pessoal definida para o sector e os textos regulamentares de interesse para a EMAE;
- f) Organizar o processo de contas, implementando uma contabilidade analítica em divisas e em dobras, relativas a gestão da EMAE a submeter à apreciação e aprovação das entidades competentes dentro dos prazos estabelecidos;
- g) Admitir, promover, movimentar e despedir os trabalhadores da EMAE, exercer sobre eles o poder disciplinar em geral, praticar todos os actos de gestão de pessoal, de acordo com a política de pessoal aprovada pelo Conselho de Administração e a legislação laboral em vigor;
- h) Informar o Conselho de Administração do funcionamento e actividade da EMAE;
- i) Propor, promover, assinar, realizar e praticar tudo quanto se mostrar necessário ou conveniente à prossecução dos objectivos da EMAE e que não seja da competência do Conselho de Administração, por lei, regulamento ou pelos presentes Estatutos;
- j) Assegurar a elaboração dos projectos de planos da empresa e dos respectivos planos de actividades, de investimentos e financeiro e submetê-los à aprovação do conselho de administração;
- k) Representar legalmente a EMAE;
- l) Garantir uma óptima utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros consignados à EMAE para o desenvolvimento da sua actividade;
- m) Providenciar sobre o aproveitamento dos meios necessários ao cumprimento dos planos;
- n) Gerir a EMAE segundo a lógica empresarial do lucro e de viabilidade económica duradoura;
- o) Apresentar propostas de investimento de acordo com as directrizes no plano da EMAE;
- p) Apresentar anualmente, até 15 de Fevereiro, relatório de execução do plano da EMAE;
- q) Abrir e movimentar contas bancárias;
- r) Negociar e celebrar contratos e praticar quaisquer actos ou operações dentro das suas atribuições, incluindo os contratos de seguros, quando necessário;

- s) Manter o inventário actualizado anualmente, do qual constarão todos os bens da EMAE, sendo anexada ao inventário a lista dos bens vendidos, alienados, destruídos ou de qualquer modo já sem valor de uso ou económico.

Subsecção I Conselho de Direcção

Artigo 18.º Composição, Funções e Funcionamento

1. O Conselho de Direcção tem funções meramente consultivas e de coadjuvação do Conselho de Administração e é constituído pelo Director Geral e pelos directores das diferentes áreas funcionais da empresa.

2. O Conselho de Direcção reunirá quinzenalmente, sendo a primeira reunião para emissão de parecer sobre o Relatório e Contas do exercício anterior e a última para emissão de parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

3. O Conselho de Direcção reunirá extraordinariamente nos mesmos termos do Conselho de Administração.

4. O mandato dos titulares do Conselho de Direcção coincidirá com o dos titulares do Conselho de Administração, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efectiva substituição.

Artigo 19.º Responsabilidade

Os membros do Conselho de Administração e os Directores respondem civil e criminalmente pela administração e gestão dos fundos à sua disposição, pela realização dos planos e programas da EMAE e pelo exercício das suas atribuições, ou ainda perante terceiros, pelos seus actos e omissões, nos mesmos termos em que os comitentes respondem pelos actos e omissões dos comissários, de acordo com a Lei geral.

Artigo 20.º Formas de Obrigar a Empresa

A EMAE obriga-se de forma seguinte:

- a) Nos actos de Administração corrente pelo Director Geral e o Director Financeiro;
- b) Pela assinatura de um Administrador, no âmbito dos poderes nele delegados;
- c) Pela assinatura de mandatário ou mandatários, no âmbito dos poderes que lhe tenham sido conferidos, ou de procuradores especialmente constituídos, dentro dos limites da respectiva procuração;

Sessão III Fiscal Único

Artigo 21.º Fiscalização

As funções de fiscalização são realizadas por um Fiscal Único, com formação na área de Gestão, com experiência profissional de mais de três anos, indicado pelo Ministro de Plano e Finanças.

Artigo 22.º Competência do Fiscal Único

São competências do Conselho Fiscal designadamente:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da empresa;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da Empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter trimestralmente ao Governo um relatório fundamentado sobre a situação económica e financeira da EMAE;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do Conselho de Administração;
- f) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício;
- g) Emitir parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela empresa;
- h) Emitir a certificação legal das contas.

Secção IV Delegação de Poderes e Poderes de superintendência

Artigo 23.º Delegação de Poderes Respeitantes à Prestação de Serviços Públicos

Por delegação do Ministro de tutela, o Conselho de Administração poderá praticar os seguintes poderes:

- a) Requerer ao Governo a declaração de utilidade pública para expropriação urgente dos imóveis necessários à realização de obras para implantação de infra-estruturas destinadas à exploração de serviços públicos a prestar, bem como solicitar a posse administrativa e, bem assim, todos os demais procedimentos relacionados com o processo de expropriação e pagamento das indemnizações devidas;
- b) Proceder à constituição de servidões necessárias à implantação de infra-estruturas afectas aos serviços públicos a prestar;
- c) Celebrar contratos-programa com o Governo Central, Regional e as Autarquias;

- d) Proceder à fiscalização decorrente das correspondentes disposições legais aplicáveis bem como dos regulamentos relacionados com os serviços públicos a prestar;
- e) Executar estudos, projectos e efectuar fiscalização mediante a realização de contrato-programa;
- f) Instruir processos de contra-ordenação por violação dos respectivos regulamentos e aplicar as coimas previstas.

Artigo 24.º

Poderes de Superintendência

O organismo da Administração Central do Estado responsável pelo sector de água e energia e do Plano e Finanças exercem, em relação à EMAE os seguintes poderes:

- a) Emitir directivas e instruções genéricas ao Conselho de Administração no âmbito dos objectivos a prosseguir;
- b) Autorizar alterações estatutárias;
- c) Aprovar os instrumentos de gestão previsional;
- d) Aprovar o relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como o parecer do Fiscal único;
- e) Aprovar preços e tarifas, sob proposta do Conselho de Administração;
- f) Autorizar a aquisição de participações no capital de Sociedades;
- g) Autorizar a celebração de empréstimos de médio e longo prazo;
- h) Determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento da Empresa;
- i) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a Empresa, podendo emitir as recomendações que considerar convenientes;
- j) Exercer outros poderes que lhe sejam conferidos pela Lei e pelos estatutos.

CAPÍTULO III

Gestão Patrimonial e Financeira

Artigo 25.º

Princípios de Gestão

1. A gestão da EMAE realizar-se-á por forma a assegurar a viabilidade económica da Empresa e o seu equilíbrio financeiro, com respeito pelo disposto nestes Estatutos, regras legais e princípios da boa gestão, visando igualmente a promoção do desenvolvimento nacional, local e regional, em articulação com os objectivos prosseguidos pelo Governo.

2. Na gestão da Empresa ter-se-ão em conta, nomeadamente os seguintes objectivos:

- a) Adaptação da oferta à procura economicamente rentável, salvo quando sejam acordadas condições especiais com o governo especiais obrigações decorrentes de contratos-programa a celebrar;
- b) Prática de tarifas e preços que permitam o equilíbrio da exploração;
- c) Obtenção de índices de produtividade compatíveis com padrões internacionais;
- d) Evolução da massa salarial adequada aos ganhos de produtividade e ao equilíbrio financeiro da Empresa;
- e) Subordinação de novos investimentos a critério de decisão empresarial, nomeadamente em termos de taxa de rentabilidade, período de recuperação de capital e grau de risco, excepto quando sejam acordados com o governo outros critérios a aplicar;
- f) Adequação dos recursos financeiros à natureza dos activos a financiar;
- g) Compatibilidade da estrutura financeira com a rentabilidade da exploração e com grau de risco da actividade;
- h) Adopção de uma gestão previsional por objectivos, assente na descentralização e delegação de responsabilidade adaptada à dimensão da Empresa;

Artigo 26.º

Instrumentos Previsionais

1. A gestão económica e financeira da Empresa é disciplinada pelos seguintes instrumentos de gestão previsional:

- a) Planos plurianuais e anuais de actividades, de investimento e financeiros;
- b) Orçamento anual de investimento;
- c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;
- d) Orçamento anual de tesouraria;
- e) Balanço previsional;
- f) Contratos-programa quando existirem.

Artigo 27.º

Contratos-programa

1. O conselho de administração celebrará com o Governo e com as autarquias contratos-programa sempre que esta pretenda que a EMAE prossiga objectivos sectoriais, realize investimentos de rentabilidade não demonstrada ou adopte preços sociais.

2. Nos contratos-programa serão acordadas as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objectivos programados.

3. Os contratos-programa integrarão o plano de actividades da Empresa para o período a que respeitam.

4. Dos contratos-programa constará, obrigatoriamente, o montante dos subsídios e das indemnizações compensatórias que a empresa terá direito a receber como contrapartida das obrigações assumidas.

Artigo 28.º Receitas

1. As receitas da EMAE são de duas origens, ordinárias e extraordinárias.

2. São receitas ordinárias:

As tarifas cobradas pelos serviços prestados.

3. São receitas extraordinárias:

- a) Os juros de capital;
- b) As comparticipações, doações, legados e s do Estado;
- c) O produto de alienação de bens próprios e de constituição de direitos sobre os mesmos;
- d) O produto de empréstimos e de outras operações financeiras;
- e) O produto de indemnização por danos ou prejuízos causados aos serviços ou ao património da EMAE;
- f) Quaisquer outros rendimentos ou valor provenham directa ou indirectamente da sua actividade, ou que por Lei ou contrato lhe devem pertencer.

Artigo 29.º Empréstimos

A EMAE pode contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo bem como emitir obrigações.

Artigo 30.º Contabilidade

A contabilidade da empresa respeitará o Plano Oficial de Contabilidade vigente na República Democrática de São Tomé e Príncipe, responderá às necessidades de gestão empresarial e deverá permitir um controlo orçamental permanente.

Artigo 31.º Documentos de Prestação de Contas

1. Os instrumentos de prestação de contas da empresa, a elaborar anualmente com referência a 31 de Dezembro, e a submeter ao governo até ao final do mês de Abril, são os seguintes, sem prejuízo de quaisquer outros exigidos ou em conformidade com as disposições legais:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de resultados;
- c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;

- e) Relação das participações no capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo;



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no D falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Assuntos Parlamentares – Telefone: 225693 - Caixa Postal Tomé e Príncipe - S. Tomé.

de aplicação dos resultados;

- h) Parecer do fiscal único.

2. O relatório do Conselho de Administração deve permitir uma compreensão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, analisar a evolução da gestão nos sectores da actividade da Empresa, designadamente no que respeita a investimentos, custos e condições de mercado e apreciar o seu desenvolvimento.

3. O parecer do fiscal único deve conter a apreciação da gestão, bem como do relatório do Conselho de Administração e a apreciação da exactidão das contas e da observância das Leis e dos Estatutos.

4. O relatório anual do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do fiscal único serão publicados no Diário da República e num dos jornais mais lidos na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

CAPÍTULO V Disposições Finais e Transitórias

Artigo 32.º Extinção e Liquidação

1. A extinção da empresa é da competência do Governo, sob proposta do Ministro responsável pelo sector de Água e Electricidade e das Finanças.

2. A extinção pode visar a reorganização das actividades da empresa, mediante a sua cisão ou fusão com outras, ou destinar-se a pôr termo a essa actividade, sendo então seguida de liquidação do respectivo património.

Artigo 33.º Interpretação

As dúvidas que se suscitarem na interpretação dos presentes estatutos, serão resolvidas pelo despacho do Ministro responsável do organismo da Administração Central do Estado responsável pelo sector de água e electricidade.

Artigo 34.º Normas revogatórias

Ficam expressamente revogados todos os diplomas ou regulamentos internos não contemporâneos com os presentes estatutos.